



Crítério adotado pelos integrantes para o pedido de punição foi "quem meteu a mão no dinheiro"

# Subcomissão pede cassação de três

■ Relatório também aponta envolvimento em fraudes de um senador e seis deputados

Brasília - Arnildo Schulz

BRASÍLIA — O relatório final da Subcomissão de Subvenções pede a cassação dos deputados João de Deus Antunes (PPR-RS), Raquel Cândido (PTB-RO) e Daniel Silva (PPR-MA) e aponta o envolvimento direto em fraudes de um senador e mais seis deputados. O coordenador da subcomissão, senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), afirmou que o critério adotado foi indiciar "os que meteram a mão no dinheiro". A subcomissão apurou também que nos últimos cinco anos foram desviados ou mal aplicados US\$ 100 milhões em subvenções.

Estão implicados em desvio de recursos o senador Ronaldo Aragão (PMDB-RO) e os deputados João Alves (sem partido-BA), Fábio Raulheitti (PTB-RJ), José Geraldo (PMDB-MG), Cid Carvalho (PMDB-MA), Genebaldo Correia (PMDB-BA) e Paes Landim (PFL-PI) e o suplente Feres Nader (PTB-RJ). O relatório aponta indícios de irregularidades praticadas pelos deputados Ricardo Fiúza (PFL-PE), Carlos Benevides (PMDB-CE), Francisco Diógenes (PPR-AC) e Paulo Portugal (PP-RJ). O relatório sugere que o Ministério Público processe cem prefeitos, ex-prefeitos e dirigentes de entidades assistenciais.

"Além da punição, queremos que os cofres públicos sejam ressarcidos", explicou Garibaldi. O relatório sugere a extinção das subvenções sociais, a reformulação da assistência social no país, a proibição de que os municípios recebam recursos assistenciais, o fim do Conselho Nacional de Serviço Social e a criação de uma entidade de assistência federal, mas com ramificações nos estados e municípios.



A Subcomissão de Subvenções Sociais foi a primeira da CPI do Orçamento a apresentar o seu relatório